

NOTAS SOBRE O CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O CASO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: legados e significados¹

*Helton Messini da Costa**

RESUMO: O exercício de reflexão aqui empreendido buscou esquadrihar os significados e os legados oportunizados pela existência, forte aderência e disseminação das ideias do movimento escola sem partido na sociedade brasileira. Para tanto, foram mobilizados uma série de investigações a respeito da expansão do escola sem partido durante as décadas de 2000 e 2010 em contraste com a conjuntura econômica, social e política do período. A pesquisa se desenvolveu a partir de levantamento bibliográfico e análise de fontes, entre as quais, documentos oficiais e materiais divulgados em jornais, revistas, além das próprias produções do movimento em questão. Consideramos com as investigações e análises, que o movimento escola sem partido atuou como catalisador de práticas e ações conservadoras, reativas ao avanço de políticas sociais durante os governos de Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), articulado à busca por hegemonia de determinadas frações burguesas da sociedade brasileira, que compreendem a escola como um espaço privilegiado de difusão e naturalização de uma moral específica, congruente a seus interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo. Escola sem Partido. Hegemonia.

NOTES ON CONSERVATISM IN BRAZILIAN EDUCATION AND THE CASE OF THE NON-PARTISAN SCHOOL MOVEMENT: legacies and meanings

ABSTRACT: The reflection exercise undertaken here sought to examine the meanings and legacies brought about by the existence, strong adherence, and dissemination of the ideas of the non-partisan school movement in Brazilian society. To this end, a series of investigations were conducted on the expansion of the non-partisan school movement during the 2000s and 2010s in contrast to the economic, social, and political context of the period. The research was developed based on a bibliographic survey and analysis of sources, including official documents and materials published in newspapers and magazines, in addition to the movement's own productions. Based on the investigations and analyses, we consider that the non-partisan school movement acted as a catalyst for conservative practices and actions, reactive to the advancement of social policies during the governments Lula da Silva (2003–2010) and Dilma Rousseff (2011–2016), articulated with the search for hegemony by certain bourgeois factions of Brazilian society, who understand schools as a privileged space for the dissemination and naturalisation of a specific morality, congruent with their interests.

KEYWORDS: Conservatism. Non-partisan school. Hegemony.

¹ Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas na minha Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense UFF, com apoio do CNPq, defendida em Outubro de 2023.

* Doutor em Educação pela UFF. Professor de História da Educação da UFRJ. messiny@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5312-0901>.

Anotações preliminares

Em 2004, ou no segundo ano do primeiro Governo Lula da Silva, despontava na sociedade brasileira um movimento autodenominando escola sem partido. Criado pelo advogado e procurador de Justiça do Estado de São Paulo Miguel Nagib, uma figura, à época vinculada ao Instituto Millenium², o movimento pouco repercutiu em seus primeiros anos de existência. Inspirado em movimentos como o *NoIndocritnation* e o *Creation Studies Institute*, que atuam nos Estados Unidos no combate à chamada “doutrinação ideológica” nas escolas públicas e na defesa do *homeschooling* (Espinosa; Queiroz, 2017), o escola sem partido versava nos mesmos moldes dos análogos norte-americanos, acusando professoras e professores de “[...] doutrinação política e ideológica [...], e usurpação dos direitos dos pais na educação moral e religiosa de seus filhos” (El País, 2016, n.p.).

A posterior disseminação das ideias do escola sem partido ao longo das décadas de 2000 e 2010 ocorrera no contexto das críticas realizadas em 2007 pelo jornalista Ali Kamel – à época Diretor Geral de Jornalismo da Rede Globo – à coleção de livros didáticos da educação básica do historiador Mario Schmidt, classificando-os como materiais subversivos de “doutrinação comunista” (observatório da Imprensa, 2007), bem como, da atuação da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Católica no Congresso Nacional nas discussões sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, que pretendia, juntamente com as ações estabelecidas pelo Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3³ (Brasil, 2009), empreendidas no Governo Lula, “[...] contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (Ação Educativa, 2015, p. 09).

Estas movimentações, que concentravam parlamentares conservadores ligados às Igrejas Evangélicas, sobretudo as neopentecostais, parlamentares representantes de frações reacionárias da Igreja Católica, grupos editoriais como o Grupo Globo e a Editora Abril, possibilitaram a construção de uma frente conservadora, espalhada e disseminada pela sociedade brasileira (Costa, 2019). Esta frente, embalada por críticas aos avanços dos governos petistas para as questões de gênero e sociais, elegera como bandeira os temas da chamada “Ideologia de Gênero” e o denominado “Marxismo Cultura”, avançando assim, sobre uma sociedade potencialmente conservadora, em cujo peso das tradições coloniais e escravistas persistem em plasmar um imaginário social de família, moral e bons costumes. Não por acaso, a partir de 2014, o programa do escola sem partido passaria a integrar uma série de projetos

² Instituto de pesquisa e difusão do liberalismo com sede no Rio de Janeiro, o Instituto Millenium é, para Luis Felipe Miguel (2016), um *think thank* representante da direita brasileira com financiamento empresarial com eco em grandes veículos de mídia. Em matéria investigativa do Intercept Brasil de 2017, destacamos o ano de fundação do grupo em 2006 e sua relação direta com o *think thank* norte-americano *Atlas Network*, um difusor de ideias liberais para a América Latina com ramificações por todo o mundo, assim com o também, suas conexões com um empresariado financiador do grupo: Bank of America; Merrill Lynch; Grupo RBS; Gerdau e AmCham- Brasil.

³ Trata-se da terceira versão, na verdade uma reformulação dos PNDH e PHDH2, que datam, respectivamente, de 1996 e 2002, ambos formulados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

de lei, dispostos em todas as esferas do legislativo brasileiro (Costa, 2019; Penna, 2016).

Não obstante, embora o movimento tenha se encerrado, segundo seu fundador em 2022, sob o pretexto de falta de apoio do governo da extrema-direita eleito em 2018, o que interessa para nossas análises e argumentações é a difusão das ideias do movimento que, com o passar dos anos, tornaram-se autônomas ao próprio movimento. Do mesmo modo, interessa-nos o legado e os significados das manifestações concretas de que o escola sem partido é responsável, expressas em perseguições de professores, na construção de um permanente clima de “ódio aos professores” (Penna, 2016), na judicialização do ambiente escolar e na banalização e relativização dos conteúdos curriculares que oportunizou um revisionismo conservador, reacionário e obscurantista (Duarte, 2021) dos fatos históricos e científicos da sociedade brasileira e mundial. Além disso, há outras iniciativas de organizações de movimentos similares ao MESP como, por exemplo, o recém fundado em 2023, “Instituto Nossos Filhos”, pelo Deputado Federal eleito por Goiás em 2022, Gustavo Gayer do Partido Liberal (PL).

Assim, a partir destas considerações, o exercício de reflexão aqui empreendido busca esquadriñar os significados e os legados oportunizados pela existência, forte aderência e disseminação das ideias do movimento escola sem partido na sociedade brasileira. Temos como hipótese que, apesar de oficialmente encerrado, o fortuito alcance das bandeiras levantadas pelo escola sem partido sobre a sociedade brasileira e, com isso, sua efetiva participação como força política no contexto da evolução da extrema/ “nova direita” brasileira, reavivou o anticomunismo, uma ideologia que remonta ao Estado Novo de Vargas e, de outra ponta, reagiu marcadamente a ascensão de direitos e representatividade – ainda que nos moldes liberais – de mulheres e da comunidade LGBTQIA+ após o processo de redemocratização do país, sendo peça fundamental no avanço da extrema direita no Brasil.

Escola sem partido e o avanço conservador no Brasil

O percurso que direcionou o escola sem partido de um movimento com pouca repercussão quando de sua fundação, em 2004, pelo então advogado e procurador de Justiça do Estado de São Paulo Miguel Francisco Urbano Nagib⁴ ao centro de uma debate de caráter nacional figurando, inclusive, como parte fundamental da estratégia política responsável pela eleição da extrema direita em 2018 (Costa, 2019), deve ser analisado em conjunto as transformações econômicas, políticas e sociais que atravessaram o país nestas primeiras décadas do século XXI. Conforme mencionado, a fundação do escola sem partido esteve distante de figurar como um tema de repercussão na sociedade brasileira, nem mesmo no debate educacional houvera maiores comentários. A esse respeito, lembremos sucintamente que 2004 é o segundo ano do governo Lula, que a despeito de um bom número de contradições, muitas das quais,

⁴ Miguel Nagib, adepto ao catolicismo e seguidor de Olavo de Carvalho, foi articulista durante muitos anos do Instituto Millenium. Ele também é procurador de Justiça do Estado de São Paulo. Em Brasília, há 32 anos, tendo sido assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002. Informações disponíveis em: <<http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=576>>. Acesso em 12 dez. 2024.

evidentes passadas duas décadas, à época anunciava uma mudança nos rumos econômicos, políticos e sociais do país.

Não obstante, considerando o curto espaço de tempo desde a onerosa transição “segura, lenta e gradual” da ditadura civil-militar para o regime de democracia liberal, a agenda anunciada pelo governo Lula aquela época, combinando desenvolvimentismo, reindustrialização e “um reformismo fraco” (Singer; Loureiro, 2016), com políticas sociais de redistribuição de renda e aceno aos movimentos sociais esteve sempre à espreita – como ficara evidente com o Golpe⁵ sobre a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 – do moderado espírito modernizador da burguesia brasileira sempre disposta a contrarrevolução preventiva (Fernandes, 2020). É justamente neste sentido, de olhares atentos a qualquer esforço de superação, uma espécie de sentinela do espírito colonialista e escravista que paira sobre o país, que se encontrara a crítica politicamente posicionada e oportunista do escola sem partido já em 2004.

Ao longo de sua trajetória, podemos dizer que três episódios são marcantes na ascensão do escola sem partido no cenário educacional e político brasileiro: 1. as publicações, bem como, o sucesso editorial dos livros do jornalista Leandro Narloch, *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, publicado em 2009, *Guia politicamente incorreto da América Latina*, de 2011, publicado em parceria com o também jornalista Duda Teixeira e *Guia politicamente incorreto do Mundo*, este, de 2013; 2. as críticas tecidas e reproduzidas em vários veículos de comunicação pelo jornalista Ali Kamel, diretor geral de jornalismo da Rede Globo entre 2003 e 2023 à coleção de livros didáticos do escritor Mario Schmidt, *Nova história crítica*, publicados pela editora Nova Geração; 3. às reações, sobretudo da Frente Parlamentar Evangélica em 2011, à promoção, pelo então governo Dilma, de um material para o ensino médio pejorativamente alcunhado por esta frente de “Kit gay”, material que embasava o *Projeto Escola Sem Homofobia*, iniciado ainda no governo Lula em conjunto às ações estabelecidas pelo Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3).

Os livros de Narloch, jornalista que trabalhou para vários veículos do grupo Abril, como a revista *Veja*, *Superinteressante* etc., e que, da mesma forma prestou serviços à publicações da extrema direita, como a revista eletrônica *Crusoe* e o portal eletrônico *O antagonista*, tiveram grande repercussão ao caricaturar episódios singulares da história brasileira, latino-americana e mundial, constituindo um tipo de revisionismo aparentemente desinteressado e satírico, mas que, observado com maior atenção, contribuíra à construção de uma narrativa histórica politicamente interessada. No conjunto dos livros é contumaz o método de descrever ironicamente singularidades de determinados personagens históricos e elevá-los à compreensão do todo. Vejamos, por exemplo, quando o autor busca legitimar e, ao mesmo tempo, banalizar o processo de escravidão como um fenômeno absolutamente natural.

Por volta de 1830, o escravo José Francisco dos Santos conquistou a liberdade. Depois

⁵ Estamos em acordo com publicações, entre as quais, de Ivana Jinkings (2016), Michael Löwy (2016) e outros que, ainda em 2016, denunciaram no livro intitulado: *Por que Gritamos Golpe?: para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil*, o caráter golpista do processo que culminou com a destituição da Presidenta Dilma Rousseff.

de anos de trabalho forçado na Bahia, viu-se livre da escravidão, provavelmente comprando sua própria carta de alforria ou ganhando a de algum amigo rico. Estava enfim livre do sistema que o tirou da África quando jovem, jogou-o num navio imundo e o trouxe amarrado para uma terra estranha. José tinha uma profissão – havia trabalhado cortando e costurando tecidos, o que lhe rendeu o apelido de “Zé Alfaiate”. No entanto, o ex-escravo decidiu dar outro rumo a sua vida: foi operar o mesmo comércio do qual fora vítima. Voltou à África e se tornou traficante de escravos. Casou-se com uma das filhas de Francisco Félix de Souza, o maior vendedor de gente da África atlântica, e passou a mandar ouro, negros e azeite de dendê para vários portos da América e da Europa (Narloch, 2011, p. 41).

Não há indicações nos livros de Narloch sobre fontes, métodos de pesquisa, discussões com outros autores que trabalham com a mesma temática ou coisa assim. Há, de fato, em alguns casos, citações esporádicas, sem quaisquer indicações de qual arquivo, site, livro, registro etc. a mesma foi retirada. Isoladas e descontextualizadas, essas citações caracterizam-se por passar para um leitor não habituado com a leitura histórica e historiográfica uma ideia de autenticidade ao texto. No excerto apontado, percebe-se que, o fato de uma pessoa escravizada, quando de posse de sua alforria assumir a postura do opressor é, para o autor, prova cabal de que a escravidão fora um episódio corriqueiro do desenvolvimento histórico, um fato normal e legitimado.

Evocando a ideologia da meritocracia, seu argumento indica que, qualquer pessoa, sem exceção, por mais degradante que fosse sua condição poderia, com “trabalho duro”, ascender socialmente e ser um empreendedor de sucesso. Portanto, com este pressuposto, as históricas lutas do povo negro poderiam facilmente ser interpretadas como lamúrias sem significado real, pois todos tinham oportunidade. Aqui, dizer que a abordagem revisionista e reacionária do autor é demasiadamente cartesiana ou positivista seria um crime contra Descartes ou Conte. Contudo, escrita como um guia de curiosidades e com linguagem simplória, os livros de Narloch tiveram grande aderência no senso comum, pois tornavam a matéria histórica um amontoado de cenas cômicas, com personagens bufões e vigaristas, assemelhando-se à programas de comédia televisivos.

Por conseguinte, a compra pelo Ministério da Educação dos volumes d'*A nova histórica crítica*, produzidos pelo escritor Mario Schmidt e publicados pela Editora Nova Geração desde 1998, provocaram críticas acirradas em determinados grupos de oposição ao governo Lula, à época, uma direita ainda aparentemente desarticulada. Notabilizou-se neste período a crítica amplamente veiculada do jornalista Ali Kamel, diretor geral de jornalismo da Rede Globo. Em artigo publicado no editorial do jornal O Globo, em setembro de 2007 e reproduzida imediatamente no jornal Estadão (Observatório da Imprensa, 2007), Kamel atestava que:

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. [...]. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático ‘Nova História Crítica, 8ª série’ distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários (Observatório

da Imprensa, 2007, s.p.).

Indicando páginas do livro onde, em sua avaliação, Schmidt teria manifestado suas “preferências ideológicas” pelo marxismo, por Mao Tsé-Tung (1893 – 1976), Fidel Castro (1926 – 2016), a Revolução Cubana e o Regime Soviético, Kamel advertira para o fato de que “as crianças” e seus pais estariam sendo enganados e doutrinados pela hegemonia cultural da esquerda – manifestação explícita da atualidade do chamado marxismo cultural que buscava reavivar o anticomunismo histórico difundido na sociedade brasileira desde finais do século XIX – responsabilizando e convocando o Ministério da Educação a tomar as devidas providências. Esta hegemonia cultural da esquerda, para Kamel, penetrando à escola e, com isso, doutrinando as crianças, seria um empecilho para uma leitura “neutra” da história, leitura em que figuras da esquerda deveriam ser classificadas, necessariamente, como ditadores e assassinos violentos.

De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas um pesadelo? (Observatório da Imprensa, 2007, s.p.).

Com efeito, o teor das críticas de Kamel manifestavam posicionamentos coerentes com as formas históricas assumidas pelo anticomunismo no Brasil, uma atualização de dizeres como os anunciados na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 as portas do Golpe civil-militar, e, da mesma forma, evocavam posicionamentos políticos-ideológicos disseminados pelas Forças Armadas brasileiras – tributárias das doutrinas de segurança estadunidenses – devidamente explicitados, por exemplo, no Orvil, também conhecido como: *As tentativas de tomada do poder*. Orvil consiste em um documento de mais de mil páginas elaborado pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) entre 1985 e 1988 que, rivalizando com a publicação, em 1985, do livro *Brasil nunca mais*, um relato expressivo dos crimes de tortura e perseguição política orquestrados pela ditadura, detalhava, a seu modo, a atuação dos movimentos de esquerda no Brasil durante a ditadura. Documento, diga-se, facilmente encontrado por qualquer pessoa na internet atualmente e que, à época, teve sua publicação vetada pelo governo Sarney (1985 – 1990).

Portanto, a crítica de Kamel fundamentava e manifestava uma insidiosa organização da extrema direita brasileira que, no compasso da redemocratização, parecia ter “sumido de cena”, mas que, paulatinamente, reagindo à determinadas políticas sociais do governo Lula, bem como, ao imaginário que a figura de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) representava, se revelava como força social e política atuante.

Notadamente, algumas teses expostas na crítica de Kamel já se encontravam na organização do escola sem partido em 2004. Sobretudo a questão do chamado marxismo cultural e a ideia de neutralidade, bases teóricas e ideológicas também dos livros de Narloch. A esse respeito, o escola sem partido, já em

sua fundação, afirmava ser “[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Escola sem Partido, s.d., s.p.) e, neste sentido, convocava pais e estudantes a denunciar professoras e professores que, em sua avaliação, estivessem propiciando uma doutrinação ideológica nas escolas:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la) (Escola Sem Partido, s.d., s.p., conforme o original).

No entanto, fora sobretudo a partir da elaboração do Projeto Escola sem Homofobia em 2011, uma somatória de ações articuladas e direcionadas a combater à homofobia nas escolas, constituída em virtude do Programa Brasil sem Homofobia de 2004, que decididamente o escola sem partido adquiriu demasiada difusão na sociedade brasileira, servindo até mesmo, de referência à unificação de distintos grupos da direita e extrema direita brasileira, desde frações das Forças Armadas até a Frente Parlamentar Evangélica, passando por grupos conservadores católicos, bem como, por partidos e políticos oportunistas interessados nos ganhos eleitoreiros derivados da difusão do movimento.

As ações do Projeto Escola sem Homofobia possibilitavam, entre outras coisas, a criação do “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTT e da Promoção da Cidadania Homossexual” (Cunha, 2016, p. 19). Envolvendo diversos ministérios, entre eles, o Ministério da Educação, da Saúde e dos Direitos Humanos, além de entidades e movimentos sociais como a “[...] ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva” (Caderno Escola sem Homofobia, 2011, p. 08-09), o Programa produziu materiais, subsídios, com “textos, áudios, vídeos para serem distribuídos às professoras, professores, alunas e alunos do ensino médio, contribuindo para a discussão e o combate às práticas de discriminação contra a comunidade LGBTTQI nas escolas” (Costa, 2019, p. 98). A justificativa do projeto, segundo Cunha (2016, p. 19), versava-se pela prevenção da “[...] violência contra minorias sexuais, cujas estatísticas de homicídios chegavam a níveis assustadores”.

Estes materiais, prontos a serem distribuídos em 2011, foram catalisadores de vontades coletivas regressivas, de pautas que, como evidenciamos, pairavam nos mais variados segmentos da direita e da extrema direita brasileira. A forte pressão exercida por esta verdadeira “frente conservadora” materializou-se em um conjunto de ações no parlamento brasileiro dirigida pela Frente Parlamentar Evangélica, impedindo a distribuição dos materiais.

Na ocasião a resistência formada por essas frentes tratou de obstruir todas as pautas do governo até terem acesso ao material, e de posse do material, articularam desde chantagens políticas que envolviam membros do governo associados aos casos de corrupção até a propaganda maciça nas redes sociais e em seus veículos de comunicação, distorcendo os pontos fundamentais do projeto e criando até mesmo um nome pejorativo para o mesmo, o chamado “kit gay” (Costa, 2019, p. 99).

Não sem supressa, no contexto das eleições de 2018, o Projeto e seus respectivos materiais foram sistematicamente utilizados no contexto de divulgação de *fake news* em que, o candidato da extrema direita eleito na ocasião, acusava seu adversário, “[...] Fernando Haddad (PT) de ter criado o ‘kit gay’” (COSTA, 2019, p. 99, conforme o original). Damares Alves, à época, assessora parlamentar do então senador Magno Malta, afirmara, por exemplo, sobre o “kit”, que “[...] a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy teria pago um grupo de estudos para promover práticas de masturbação em bebês” (Intercept Brasil, 2018, s.p.).

Na avaliação da Frente Parlamentar Evangélica e do bloco por ela formado com deputados de outras frentes, os respectivos materiais que constituíam o Projeto, no espectro da crítica moralista, significavam “[...] uma ameaça à família tradicional cristã e aos princípios do evangelho ao incentivar crianças e jovens a serem gays, devendo, portanto, ser barrado” (Costa, 2019, p. 100).

Assim, mesmo após organizações como UNESCO atestarem “[...] que o material era adequado ao desenvolvimento afetivo-cognitivo para o fim a que se destinava, a distribuição foi sustada pela Presidenta Dilma” (Cunha, 2016, p. 19). O efeito de reversão da oferta de políticas públicas para a população LGBTQIA+ e revisão dos direitos reivindicados pelos movimentos feministas, movimentos sinalizados como legítimos destruidores da família, agregou inúmeras denominações evangélicas ao longo dos anos 2010, e foi decisiva na constituição de um bloco conduzido pela Frente Parlamentar Evangélica, assumidamente conservadora, dentro do Congresso Nacional, manifestando de fato, a construção paulatina de um projeto de poder de algumas frações evangélicas que se pretendiam e pretendem tornar-se dirigente (Vital da Cunha; Lopes, 2013).

Ao redor da constituição deste bloco conservador de extrema direita, unificando às pautas do marxismo cultural e o que já vinha sendo denominado de “ideologia de gênero”, gravitavam frações das Forças Armadas, especialmente as que reagiam veementemente à Comissão Nacional da Verdade; a Frente Parlamentar Evangélica, vinculada a determinadas Igrejas neopentecostais; conservadores católicos oriundos de movimentos como a Opus Dei e a Renovação Carismática Católica (RCC) (Vital da Cunha; Lopes, 2013), assim como, grupos oriundos do que Flávio Casimiro (2018) classificou como “nova direita”, isto é, “[...] um conjunto de organizações burguesas de ação política e ideológica” (CASIMIRO, 2018, p. 457), herdeiras de 1964 e organizadas a partir do processo de redemocratização que intencionavam, no contexto de crescimento das organizações de esquerda, PT, MTST, CUT, expandir seus espectro político-ideológico “[...] para além das fronteiras da classe dominante” (*Ibid.*, p. 458).

A relevância do escola sem partido, neste sentido, fora demasiada. Isso porque, no contexto das chamadas jornadas de junho e do Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, muitos dos intelectuais

desta “nova direita” (Casimiro, 2018) posicionaram-se em defesa das prerrogativas do escola sem partido. Alguns casos são explícitos: membros do Movimento Brasil Livre (MBL), como Kim Kataguiri, na função de Deputado Federal, emitiu pareceres favoráveis ao escola sem partido em diversas ocasiões, como quando afirmou que o escola sem partido “[...] não cria nenhum tipo de sanção, nem novas obrigações para os professores. Só esclarece para o aluno os direitos que ele tem e os deveres do professor” (Câmara Federal, 2018, s.p.).

O Instituto Ludwig von Mises Brasil “IMB”, a seu turno, produziu uma vasta gama de publicações endossando e avalizando o escola sem partido. Publicações como: *Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras: chegou a hora de contra-atacar* (2016), redigida pelo economista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ubiratan Jorge Iorio, ou em *Progressistas querem derrubar estátuas de intolerantes violentos? Comecem com as de Che Guevara* (2017), escrito pelo presidente da Fundación Internacional Bases (Argentina) Federico Fernández, entre outras, expunham os conceitos chaves do escola sem partido de “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”, citando mais de uma vez nominalmente suas ações⁶.

É seguramente possível afirmar que as reações lideradas pelo bloco constituído pela Frente Parlamentar Evangélica contra o Projeto Escola sem Homofobia, significaram um ponto decisivo na dimensão social e política do escola sem partido. Isso porque, as pautas do movimento serviram de base para que grupos conservadores e da extrema direita atuassem fortemente nas discussões sobre Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. A esse respeito, neste mesmo período, o encontro entre Miguel Nagib e o, à época, deputado estadual pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro (PSC) e seu irmão, Carlos Bolsonaro – à época, vereador da cidade do Rio de Janeiro (PP) – propiciara a construção do Programa Escola sem Partido⁷ (Penna, 2016), “[...] assim como à elaboração do primeiro Projeto de Lei (PL) movido por esse Programa no Estado do Rio de Janeiro” (Costa, 2019, p. 62). O programa, de fato, serviria como modelo para que, qualquer deputado estadual, federal, senador e mesmo vereadores pudessem ao acessá-lo, propô-lo como Projeto de Lei em suas respectivas casas legislativas.

Indicando teses como: “O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”, ou “O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (Escola Sem Partido, s.d., s.p.), entre outras, o programa expressava a exata reunião de vontades coletivas regressivas, dispersas pela sociedade, compondo, assim, vínculos entre determinadas frações da burguesia, parcelas das Forças Armadas, setores conservadores católicos e evangélicos, além de partidos e políticos oportunistas.

⁶ Publicações disponíveis em: <<https://mises.org.br/artigos>>.

⁷ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>.

Legados e Significados

Observando em perspectiva, a forte incidência do escola sem partido, ativo partícipe da disseminação dos predicados “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”, de fundo, bandeiras centrais da ofensiva da extrema direita no Brasil e no mundo em tempos de crise do capital, foi fundamental à vitória eleitoral da extrema direita em 2018, seguindo ativa na sociedade brasileira, como o caso do PL 660/2023 (Brasil, 2023a), proposto pelo senador Magno Malta (PL/ES) que dispõe, logo em seu título, sobre o escola sem partido. Embora sua permanência, bem como, sua difusão ideológica esteja atuante, na mesma medida, os predicados do escola sem partido tem sido combatido por movimentos sociais, professoras e professores e, mesmo dentro do espectro do direito burguês, julgada como matéria inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020 (Supremo Tribunal Federal, 2020).

Do mesmo modo, as aspirações do escola sem partido, sua agenda moralista e coercitiva, incrusta-se em outras proposições voltadas à educação, como é o caso, por exemplo, do Projeto de Lei n. 1338/2022 (Brasil, 2022) que dispõe sobre a oferta de educação domiciliar, o *homeschooling*. Aprovado na Câmara dos Deputados em 2022 e atualmente em tramitação no Senado, o *homeschooling* consiste em transferir para a esfera privada da família, uma política que é, em essência social. Para além de propiciar uma extrema fragmentação do conhecimento e legitimar todo o tipo de concepção pessoal de mundo, ciência e história sem nenhum tipo de discussão com a totalidade da sociedade, Adrião e Garcia (2017) lembra-nos também do caráter mercantil assegurado pela oferta do *homeschooling*, um excelente campo de negócios para produção de materiais didáticos, apostilas e para empresas especializadas em tutoria.

Neste mesmo caminho, com contornos ainda mais substanciais, estão as chamadas “escolas cívico-militares”. De imediato, esses formatos de escola nada tem a ver com os Colégios Militares, de longo lastro na sociedade brasileira. Resultam, na verdade, de experiências em que a gestão de determinadas escolas públicas, “[...] localizadas em sua maioria na periferia, onde há altos índices de homicídios e com baixos índices de aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)” (Guimarães; Lamos, 2018, p. 73), são inteiramente transferidas para a Polícia Militar, geralmente, policiais aposentados. Com análises superficiais sobre a questão da violência nas escolas elas partem do consenso de que educação precisa de uma ordem militar, sendo, portanto, caso de polícia.

Nestes modelos, que desde os anos 2000 vem sendo desenvolvidos em estados como Minas Gerais e Goiás, expandindo-se para outras regiões do país ao longo da década de 2010, alunas, alunos, professoras e professores obedecem às típicas hierarquias do sistema militar, por definição, autoritárias e antidemocráticas, com severas punições para os que não as cumprem. Aqui, as pautas do escola sem partido são, na verdade, os fundamentos pedagógicos. Com a eleição da extrema direita à Presidência em 2018, erigiu-se um projeto de grande escala, denominado Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) que pretendia, a partir do Decreto n. 10.004/2019 (Brasil, 2019) elevar exponencialmente os números de escolas adeptas a este modelo. No entanto, em sua atualidade, inserido na conjuntura da luta de classes e em sua correspondente correlação de forças no Brasil, o PECIM encontra-se suspenso pelo

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo, PDL 56/2023 (Brasil, 2023b) que, ainda em tramitação, pretende revogar estes processos de militarização de escolas públicas.

Há que se considerar ainda, o caráter transnacional do movimento escola sem partido, que, como afirmamos, é partícipe de uma ofensiva da extrema direita em nível global. A este respeito, dados do *think tank FutureEd*⁸, uma organização da direita estadunidense financiada por grupos e/ou institutos como *Bill e Melinda Gates Foundation*, organização criada e mantida pelo bilionário e fundador da *Microsoft*, Bill Gates e sua ex-esposa, Melinda Gates, ou a *Chan Zuckerberg Initiative*, uma empresa criada pelo fundador do *Facebook*, Mark Zuckerberg e sua esposa, Priscilla Chan, dão conta que somente nos anos de 2022 e 2023, um conjunto de 147 projetos de lei foram apresentados em um total de 26 estados dos Estados Unidos, em sua maioria proposições assinadas por congressistas do Partido Republicano, com vistas a, de acordo com o *think tank* em questão, “[...] ampliar a transparência pública sobre o que os alunos aprendem” (Futureed, 2023, s.p.). Decerto, o que se entende por “ampliar a transparência”, corresponde de fato, a legislações que investigam e censuram professores que dialogam sobre temas ligados à questão racial, à escravidão, desigualdades sociais, questões de gênero etc., algo explicitado na própria página eletrônica do *FutureEd*:

Os pais também poderiam optar por retirar seus filhos de qualquer instrução ou apresentação em sala de aula com a qual os pais discordem. E a legislação trata especificamente do ensino de raça e racismo, como fizeram muitas das iniciativas legislativas de 2022. Proibiria as escolas de ensinar que “indivíduos, em virtude de sua raça, etnia, cor ou origem nacional, carregam culpa coletiva e são inerentemente responsáveis por ações cometidas no passado por outros membros da mesma raça, etnia, cor ou origem nacional” (Futureed, 2023, s.p., conforme o original, tradução nossa).

Nesta acepção, o que se pretende ao não se “responsabilizar” a sociedade, de modo geral e grupos que gozaram historicamente de privilégios por sua condição de classe, raça e gênero, em particular, “por ações cometidas no passado” (Futureed, 2023, s.p.) revolve o sentimento geral de cinismo das elites coloniais e escravistas extraordinariamente estampado nos versos da canção *E daí? (a queda)*, de Milton Nascimento e Ruy Guerra, gravada em 1978. Um grito épico, visceral e despedaçado de [...] intestinos roucos; num rosário de lombrigas”, em que são poucos os músculos “pra esta rede de intrigas”; com “[...] séculos de espera; nas contas das minhas costelas” e “[...] olhos de quimeras; com brilho de trinta velas”, mas “e daí?” (Nascimento; Guerra, 1978).

Destarte, no contexto de uma extrema direita que elegera o empresário e apresentador de televisão Donald Trump à presidência em 2016 e em 2024, os embates em torno das chamadas pautas ideológicas, sobretudo, a referência à ideologia de gênero e o marxismo cultural nos Estados Unidos tem se acirrado

⁸ Disponível em: <<https://www.future-ed.org/>>.

sobremaneira. Informações, por exemplo, do PEN *America*⁹, braço estadunidense da organização de caráter global PEN *International*, direcionada a proteção da liberdade de escrita e à difusão literária em todo o mundo, aponta que somente entre julho de 2021 e dezembro de 2022, mais de quatro mil livros foram proibidos de circular nas escolas e bibliotecas dos mais variados estados estadunidenses, com destaque para a cidade de Beaufort, Carolina do Sul, onde em apenas um mês, outubro de 2022, 97 livros contestados de uma só vez. Em sua maior parte, segundo a PEN *America*, os livros proibidos versavam sobre temas ou personagens LGBTQ+, afro-americanos e livros sobre raça e racismo.

No contexto da América Latina, foi fundado em 2016 em Lima, no Peru, um movimento autodenominado *Con Mis Hijos No Te Metas*¹⁰. Rapidamente, o movimento que explicitava como princípio “[...] uma reação à imposição da ‘Ideologia de Gênero’ sobre nossas crianças através do setor educacional nos diferentes estados soberanos” (*Con Mis Hijos no te Metas*, s.p., s.d., conforme o original, tradução nossa) difundiu-se por vários países do continente. Citando, assim como o MESP, trechos recortados de documentos, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, pretensamente com a intenção de apontar para uma suposta ausência de neutralidade, sobretudo no que diz respeito à relação entre a matriz de pensamento católica, em suas frações conservadoras e/ou reacionárias e as questões de gênero, por parte dos sistemas educacionais, estes por sua vez, no contexto de governos com caráter progressistas em vários países da América Latina (Klachko; Arkonda, 2017), estariam promovendo uma verdadeira doutrinação ideológica a partir das escolas.

Em sua atuação, ao longo da década de 2010 e em sua atualidade, *Con Mis Hijos No Te Metas*, concentrou as mesmas estratégias estampadas no MESP, procurando, por um lado, obter consenso difundindo uma crítica à chamada ideologia de gênero a partir da tese da natureza humana, isto é, de que o ser humano possui características em sua gênese imutáveis, asseverando princípios religiosos politicamente posicionados na defesa da ideia cristã de família e sociedade. De outra ponta, ao se colocar como pauta política nas casas legislativas, bem como, ao denunciar professoras e professores, acusando-os de promover a chamada doutrinação ideológica ao abordarem as questões de gênero, uma ameaça às famílias, o *Con Mis Hijos No Te Metas* estampou um caráter coercitivo, direcionado, principalmente, à perseguição dos movimentos LGBTQIA+ e feministas.

Contudo, recentemente, em 2023, as ações do *Con Mis Hijos No Te Metas* arrefeceram-se em virtude de um de seus fundadores, o pastor evangélico peruano José Luis Linares Cerón, ter sido acusado pela sua filha de estupro. Segundo diversos veículos de notícias como *Peru21*¹¹, *La diaria feminismos*¹²,

⁹ Disponível em: <<https://pen.org/>>.

¹⁰ Disponível em: <<https://conmishijosnotemetas.com.ar/#!/-inicio/>>.

¹¹ Disponível em: <<https://peru21.pe/lima/fiscalia-ve-caso-de-pastor-denunciado-por-su-hija-violacion-sexual-pastor-ministerio-publico-camaras-gesell-ministerio-de-la-mujer-programa-aurora-noticia/>>.

¹² Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/feminismos/articulo/2023/6/pastor-peruano-fundador-del-grupo-con-mi-familia-no-te-metas-fue-denunciado-por-violar-a-su-hija/>>.

*Infobae*¹³, *ElHeraldo*¹⁴, entre outros, Cerón, juntamente com seu irmão Robert Linares Cerón, teria abusado de sua filha desde os seis anos de idade e a engravidado em duas ocasiões, aos seus 12 e 16 anos. Ante tais denúncias, a própria extrema direita, bem como, movimentos conservadores católicos e evangélicos distanciaram-se do *Con Mis Hijos No Te Metas* que, por sua vez, atestou não ter qualquer relação com Cerón. Mesmo sobreposto à escândalos deste porte, é importante salientar que o caráter em si, de difusão da ideia de ideologia de gênero, bem como, da perseguição de professoras e professores, no conturbado contexto político latino-americano em tempos de crise do capital, persiste, compondo parte estratégica do avanço da extrema direita em várias partes do mundo.

Notadamente, no caso europeu é importante destacar que o crescimento eleitoral da extrema direita em países com a Espanha, França, Itália e outros, em suas respectivas organizações, como O *VOX*, o *Rassemblement National* ou o *Fratelli d'Italia*, considerando os contextos europeus específicos e, neste sentido, a xenofobia expressa com a centralidade da questão dos imigrantes, integra em suas bases expressões relacionadas as mesmas pautas de ideologia de gênero e marxismo cultural. No caso da Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD), um partido de extrema direita, organizou na cidade Hamburgo, em 2018, uma página eletrônica chamada *Neutrale Schulen*¹⁵, direcionada a acolher denúncias de alunos e pais de alunos contra professoras e professores que, supostamente não estariam sendo devidamente neutros em suas aulas. Na plataforma, uma campanha fora promovida contra qualquer manifestação política dentro das escolas ou “doutrinação” durante as aulas, com destaque para um exemplo de uma manifestação convocada por alunos contra o próprio AfD.

Isto posto, a partir de tais considerações e, atentando para o caráter transnacional desta ofensiva da extrema direita, e salvo, as devidas mediações, dois pontos são fulcrais ao analisarmos as produções e ações do escola sem partido e ações similares presentes no Brasil e em outras partes do mundo, sejam elas publicações nas redes sociais e em sua própria página eletrônica ou o conjunto aparentemente disperso de proposições de Projetos de Lei que abordam seu conteúdo nas instâncias municipais, estaduais e federal: a questão do marxismo cultural e a chamada ideologia de gênero.

A justaposição destes dois pilares são centrais nas análises sobre a movimentação da extrema direita nos aspectos que vem sendo chamado por alguns pesquisadores de “Guerra Cultural”¹⁶, expressão que, seguindo a onda do fim da história, o sociólogo estadunidense James Davison Hunter, em seu livro, *Culture wars: the struggle to define America*, de 1991 designou como um novo código de disputas sociais centrado em aspectos morais e religiosos (Hunter, 2022), algo, em nossa apreciação, similar ao que Samuel P. Huntington abordara com o chamado “choque de civilizações” (Huntington, 1997), contudo, em uma

¹³Disponível em: <<https://www.infobae.com/tag/jose-luis-linares-eron/>>.

¹⁴Disponível em: <<https://www.elheraldo.hn/fotogalerias/pastor-evangelico-acusado-abuso-sexual-hija-peru-con-mis-hijos-no-te-metas-jose-luis-linares-eron-OO13958512#image-1>>.

¹⁵Disponível em: <<https://afd-fraktion-hamburg.de/aktion-neutrale-schulen-hamburg/>>.

¹⁶ Ver mais em LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: future-se e a “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 42, e241425, 2021.

perspectiva micro, privilegiando o conflito no interior dos países.

Certamente, quando nos referimos aos temas da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” estamos frente a uma disputa no campo das concepções de mundo, no terreno das ideologias, ou como Gramsci (2000) procurou explicar de forma mais didática: no plano da sociedade civil. Assim, como consentâneo de nossas perspectivas de análise de base materialista, histórica e dialética, é imperioso afirmar que as ideologias não estão separadas da base material que as produzem, constituem, atravessam e retroagem e, neste sentido, volvendo à Marx (2008) no prefácio escrito em 1859, “[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (Marx, 2008, p. 49) e, portanto, “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (*Ibid., Ibidem.*).

Partindo desta base em Marx e em estreito diálogo com Gramsci, Lukács (2013), propõe uma síntese ampliada da categoria ideologia, indicando que “A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a *práxis* social humana consciente e capaz de agir” (Lukács, 2013, p. 465). Nesta acepção, que como tal, refuta qualquer idealismo e, da mesma forma, qualquer tentativa de apregoar uma natureza imutável ao ser que, em essência, é um ser social, as concepções de mundo são indissociáveis das condições materiais de existência, embora elas retroajam sobre a sociedade indicando uma relação sempre dialética entre estrutura e superestrutura.

Submetidos ao modo de vida perpetuado pela sociabilidade do capital, não há conflito humano que não tangencie ou mesmo tenha como centro, em última instância, um conflito entre os interesses irreconciliáveis entre a pequena parcela da humanidade que detém os meios de produção de valor e a imensa maioria que, quando muito, apenas dispõe de sua força de trabalho para a venda. A consequência mais imediata deste arranjo, no âmbito da formação das concepções de mundo que Marx e Engels (2007) indicaram é que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Portanto, é importante considerar, com base nesta leitura marxiana e a partir dos pressupostos de Gramsci (2000), que práticas e discursos orientados à defesa de certa concepção de família ou de uma determinada ordem social, como é o caso das bandeiras “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”, denotam típicas estratégias de formação de consenso, contribuindo à naturalização e reificação das sociabilidades do capital, isto é, são ideologias que intensificam o realismo capitalista, amortecendo e desviando suas contradições, expressões de uma miséria do saber. Neste sentido, a expansão do marxismo cultural e da ideologia de gênero, sobretudo no campo da educação brasileira, infere uma hegemonia, ou a busca por hegemonia das velhas elites coloniais que, coligadas a ascensão de novos grupos conservadores, buscam se perpetuar no plano econômico, político e cultural em tempos de crise do capital, refluxos dos lucros capitalistas (Maito, 2013) e expansão do neoliberalismo. Tempos assim, como

expressou certa vez Gramsci (2000, p. 184), em que se avolumam uma série de crises, onde “[...] o velho morre e o novo não pode nascer” são exímias em produzir todo tipo de barbáries.

Algumas considerações

Nossas investigações procuraram situar, em linhas gerais, o contexto de nascimento e expansão do movimento escola sem partido na sociedade brasileira, bem como, sua relação com o avanço conservador, seus legados e seus significados para a educação e a escola. Em nossa avaliação, apesar de oficialmente encerrado, o movimento condensou uma série de matizes moralistas e conservadoras, obtendo notório alcance nas discussões educacionais. Alcance este que permanece como legado, atualizando para o século XXI a bandeira do anticomunismo e disseminando o termo ideologia de gênero, ambas, expressões que no campo da educação concretamente implicam em perseguições a professores e judicialização do processo educacional. A forte aderência social destas bandeiras apenas confirma, por um lado, o sucesso do escola sem partido em suas ações e estratégias e, por outro, escancara a forte presença do racismo, do machismo, da homofobia e do conservadorismo na sociedade brasileira, sociedade atravessada por suas heranças colonialistas e por séculos de escravidão, que, lembrando Benjamin (2005, p. 70, grifos nossos) teima em não “escovar a [sua] história a contrapelo”.

Portanto, as hipóteses inicialmente levantadas, sobretudo o papel de aglutinador político exercido pelo escola sem partido no contexto do avanço conservador e da extrema direita no Brasil nas últimas décadas, que tiveram seu auge nas eleições presidenciais de 2018, confirmam-se. Suas ideias, a seu turno, para além alçarem “voos próprios”, potencializaram outros movimentos de cunho conservador, como o *homeschooling* e as escolas cívico-militares. Neste sentido, o significado último do escola sem partido está expresso na busca por hegemonia de determinadas frações burguesas da sociedade brasileira, que compreendem a escola como um espaço privilegiado de difusão e naturalização de uma moral específica, congruente a seus interesses e, deixa como legado, a atualização de um conjunto de ideias e práticas moralistas, conservadoras e mesmo reacionárias, nas discussões sobre educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. *Caderno escola sem homofobia*. 2015. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2024.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Educação a domicílio: o mercado bate à sua porta. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 433-446, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/783/pdf/2530>>. Acesso em 16 jun. 2024.

ARKONADA, Katu; KLACHKO, Paula. *Desde abajo, desde arriba*. de la resistencia a los gobiernos populares: escenarios y horizontes del cambio de época en América Latina. Buenos Aires: Prometeo Editorial, 2017.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. *Senado Federal*. Projeto de Lei n. 660, de 2023. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155932>>. Acesso em 17 jun. 2023.

BRASIL. *Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo*: PDL 56/2023. 2023b. <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2349790>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. *Senado Federal*. Projeto de Lei n° 1338, de 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194>>. Acesso em 15 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 10.004 de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, BF, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-norma-pe.html>>. Acesso em 24 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://pndh3.sdh.gov.br/portal/sistema/sobre-o-pndh3>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. 2011. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGEExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2025.

CAMÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relator do projeto “Escola sem Partido” critica doutrinação política*. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/535675-relator-do-projeto-escola-sem-partido-critica-doutrinacao-politica/>>. Acesso em 25 abr. 2025.

CASIMIRO, Flávio Henrique C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COSTA, Helton M. da. *Escola sem partido: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade*. 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

COSTA, Helton Messini da. Educação e a miséria do saber na crise do capital: os embates em torno da escola no Brasil do século XXI. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF) 2023. 367f.

CON MIS HIJOS NO TE METAS. Disponível em: <<https://conmishijosnotemetas.com.ar/>>. Acesso em 11 mar. 2025.

CUNHA, Luiz A. *O projeto reacionário de educação*. 2016. Disponível em: <http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf>. Acesso em 15 dez. 2022.

DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. *Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie*. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

EL PAÍS. “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em 12 set. 2024.

ESPINOSA, Betty R. S. QUEIROZ, Felipe B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 6. ed. Curitiba: Kottler; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FUTUREED. *Rastreador Legislativo: Projetos de Lei de Direitos dos Pais de 2023 nos Estados*. 2023. Disponível em: <<https://www.future-ed.org/legislative-tracker-2023-parent-rights-bills-in-the-states/>>. Acesso em 13 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. *Revista Pedagógica*. Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4004>>. Acesso em 12 abr. 2025.

HUNTER, James D. A guerra cultural contínua. Tradução de Cássia Zanon. *Políticas Culturais Em Revista*. v. 15(1), 22–62, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/pcr.v15i1.48385>>. Acesso em 27 mar. 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INTERCEPT BRASIL. *Como o “kit gay” ajudou Damares Alves a chegar no primeiro escalão*. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/11/kit-gay-damares-alves/>>. Acesso em 15 jan. 2023.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinar: Marxismo e educação em debate*, 13(1), 9–29, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43851>>. Acesso em 13 jun. 2024.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. 2. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAITO, Esteban E. La transitoriedad histórica del capital: la tendencia descendente de la tasa de ganancia desde el siglo XIX. *Razón y Revolución*. 129-159, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7312154>>. Acesso em 12 jul. 2024.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2011.

NASCIMENTO, Milton; GUERRA, Ruy. E daí?. In: NASCIMENTO, Milton [et. al.]. *Clube da esquina 2*. Rio de Janeiro. EMI-Odeon. 1978. CD. Faixa 23.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *A polêmica sobre a nova história*. 2007. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-polemica-sobre-a-nova-historia/>>. Acesso em 25 fev. 2025.

ORVIL. Orvil: tentativas de tomada do poder. Documento do exército. Disponível em: <https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf>. Acesso em 12 fev. 2023.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ACESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade*. 2020. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1>>. Acesso em 15 mar. 2025.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo V. Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

Recebido em: 30 de maio de 2025.
Aprovado em: 20 de junho de 2025.